

O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL (PEP) FRENTE AS INVESTIDAS CONSERVADORAS NA CENA CONTEMPORÂNEA

Aline Delias de Sousa¹ Carla Isabel de O. Marinho e Silva² Cátia Sinara da Silva Tavares³ Rosemeri de Freitas Ulquim Amaral4 Mara Rosange Acosta de Medeiros⁵

RESUMO: O PEP constitui-se como um projeto hegemônico da profissão e que, portanto, corresponde à identidade profissional. Por meio dele, ocorreu o rompimento com o que outrora consistia numa prática profissional conservadora. No entanto, o PEP não está dissociado da sociedade capitalista, seu nascimento consiste de um processo histórico a partir de pelejas, mas que não se esgotou, está em construção, o que nos deixa alertas para constantes investidas conservadoras no cenário atual que intentam a retirada de direitos da classe trabalhadora. Assim, diariamente é necessário reafirmar a importância do PEP, na direção de uma sociedade que rompa com o modelo vigente, o que nos conduz na direção sociopolítica de um projeto social emancipatório. Este artigo objetiva, de forma geral, discorrer sobre o PEP e as investidas conservadoras contemporâneas. Realizamos revisão de literatura com estudos sobre o PEP por estudiosos da temática e utilizamos o método dialético crítico com abordagem qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Ético Político; Serviço Social; Conservadoras.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Ético Político (PEP), nasce no fim dos anos 70, mediante mobilizações operárias com reivindicações de cunho econômico; na peleja contra a ditadura militar, o capitalismo e imperialismo. Assim, o PEP se constituiu como um projeto hegemônico da profissão e conforme preconiza Marilda Vilella lamamoto, essa hegemonia situa-se na esfera da renovação da profissão (lamamoto, 1992) e que na concepção de José Paulo Netto, correspondeu a uma "intenção de ruptura" com o conservadorismo (Netto, 2002, p.247).







¹ Assistente Social. Atua na Coordenação de Ações Afirmativas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Email: alinedeliasdesousa@gmail.com

² Assistente Social. Atua na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Doutoranda no programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Email: carlaisabel.oliveira@gmail.com

³ Assistente Social. Atua na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Email: C T1973@hotmail.com

⁴ Assistente Social. Atua na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Mestranda no programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Email: rosemeri.amaral@sou.ucpel.edu.br

⁵ Assistente Social. Professora doutora no programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos e no Curso de serviço Social na Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Email: mara.medeiros@ucpel.edu.br

A mudança de direção se deu no rompimento ao conservadorismo com o devido contorno político, coletivo e a partir da prática profissional renovada. Essa renovação teve início no ⁶III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, no ano de 1979 e que ficou conhecido como "O Congresso da Virada" (Abramides, 2019, p.22). Neste sentido, as(os) profissionais passaram a se identificar como trabalhadoras e trabalhadores que dependem de salário para a sua sobrevivência, ou seja, trabalhadoras e trabalhadores assalariados que se constituem como integrantes do trabalho coletivo. Ocorreu então, a inserção destes nos espaços de pelejas sociais e as mobilizações no país.

Segundo Abramides (2019), o Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo-que teve sua construção elaborada coletivamente pelos profissionais - "articula-se ao projeto societário de emancipação humana ancorado em um referencial teórico metodológico, ético político e em instrumentos jurídicos que o sustentam" (Abramides, 2019, p.22).

O Projeto ético e político do servico social brasileiro advém de um processo histórico a partir de pelejas pela sua criação, mas que não se esgotou, pois, este processo continua em constante construção. Por isso, conforme preconiza Abramides (2019), é importante ressaltar que o projeto profissional tem por objetivo a ruptura a partir de um estudo da realidade na cena contemporânea e destaca alguns pontos que demonstram as investidas neoconservadoras. Um deles corresponde ao golpe parlamentar institucional (de direita em 2016), em que a presidenta Dilma foi deposta pelo impeachment. Outro ponto importante destacado por Abramides (2019), se deu pela introdução ágil do governo golpista de Michel Temer, as contrarreformas, que foram destrutivas à classe trabalhadora, tendo permanecido até o ano de 2018, quando a conjuntura torna-se dramática, pois neste ano ocorreu a eleição presidencial com um representante da extrema-direita, Jair Bolsonaro. Portanto, neste contexto, o PEP passa ser visto pela categoria no sentido de direcionar a luta e resistência da classe trabalhadora contra o conservadorismo, na formação e no exercício





⁶ 1 De 23 a 27 de setembro de 1979, em São Paulo, no Centro de Convenções do Anhembi, ocorria o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, que ficou conhecido como "Congresso da Virada", pois ocorreu num contexto histórico marcado ainda pela luta contra a ditadura e em defesa da abertura democrática. Nesse contexto, um coletivo de profissionais, fizeram história ao apresentar novos rumos ao projeto profissional do Serviço Social Brasileiro. O III CBAS é então um marco histórico e político na nossa profissão e deve ser amplamente conhecido, tendo em vista a atual necessidade de reafirmação do direcionamento profissional, diante de uma conjuntura ultraconservadora que nos convida a refletirmos sobre o processo de reconceituação que ocorre constante mente no cotidiano profissional. (Disponível em: Cress - 40 anos do Congresso da Virada 1979 (cress16.org.br) Acesso em 03/07/2024).

profissional, pois o pensamento conservador continua permeando os espaços sociocupacionais com características que consistem em cada vez mais precarizar, retirar direitos, principalmente às trabalhadoras e trabalhadores inseridos nas camadas mais vulnerabilizadas da população, como os negros, indígenas, quilombolas e lgbtgiapn+.

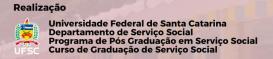
Este trabalho está organizado em 04 partes. A primeira é a introdução, a segunda versa sobre o PEP, sua criação. Já na terceira, discorremos sobre os princípios de atuação profissional e conservadorismo na atualidade, e por fim, a quarta parte com as considerações finais.

II O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social é respaldado na lei de regulamentação da profissão (Lei n° 8662/1993), no código de ética do Assistente Social e nas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Servico Social (ABEPSS). A sua direção político-organizativa pode ser identificada por meio das entidades: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Servico Social (ENESSO).

De acordo com Teixeira e Braz (2009), "todo projeto, e, logo toda prática, numa sociedade classista, tem uma dimensão política, ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas" (Teixeira, Braz, 2009, p.188). Neste sentido, numa sociedade capitalista, tais classes são representadas pela burguesia e proletariado e, por isso o projeto profissional, assim como a prática profissional, é considerado projeto político (também chamado de projeto político profissional). lamamoto (2009), reforça tal pensamento ao se referir a prática profissional como uma dimensão política estabelecida pela incorporação sociotécnica do Serviço Social entre os diversificados e antagônicos interesses de classes.

Para Gonçalves (2017), os projetos profissionais concretizam a capacidade teleológica dos agentes sociais em processos e construções coletivas, nas quais buscam marcar uma direção ética e política ao seu trabalho cotidiano. Esses projetos demonstram a possibilidade de uma autonomia relativa na condução das atividades





profissionais e, ao mesmo tempo, direcionam suas práticas. Netto (1999) ressalta que os projetos profissionais:

Elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (Netto, 1999, p.95).

Portanto, os projetos profissionais estabelecem através de normas éticas e políticas as relações sociais profissionais com os usuários de serviços, com as instituições empregadoras, com as demais profissões, instituições sociais públicas e privadas. Isso se deve a partir do processo de renovação teórico-metodológica, técnico- operativa e ético-política que o Serviço Social brasileiro vem assumindo na defesa de um projeto profissional coletivo, "não há dúvidas que o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação de sociedade" (Teixeira; Braz, 2009, p.189).

Conforme já ressaltado, o PEP está diretamente vinculado a transformação de sociedade e não pode se dissociar do contexto histórico. Por isso, "o projeto do Serviço Social brasileiro é apreendido como um processo histórico em permanente construção oferece elementos para uma leitura e uma atuação radicalmente crítica e anticapitalista" (Vasconcelos, 2015, p.169).

As(Os) Assistentes Sociais em suas intervenções no cotidiano assumem o compromisso com os interesses e a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Isso ocorre, pois, tal projeto profissional está comprometido com os princípios da liberdade, da defesa dos direitos humanos, do aprofundamento da democracia, da equidade e da emancipação humana. Ele está vinculado a um projeto societário e, apresenta a autoimagem da profissão demonstrando o amadurecimento da categoria profissional (Netto, 1999).

De acordo com o autor:

Esquematicamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas;







daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (Netto, 1999, p.15).

Portanto, ao reconhecer a liberdade como valor central, o PEP expressa o compromisso com a autonomia dos indivíduos sociais e rompe com os princípios morais da burguesia, que individualiza e oprime mulheres e homens. O PEP do Serviço Social brasileiro, em vigor desde a entrada da década de 1990, herda toda trajetória crítica de aprofundamento teórico e político que a categoria profissional vem percorrendo. Embora, o surgimento da profissão tenha tido uma grande representação de um mandato político da classe dominante — que invisibilizou das discussões a dimensão ético-política do trabalho do Assistente Social durante um longo tempo, demonstrando nitidamente uma "manipulação ideológica por trás da autoproclamação "neutra" e apolítica do serviço social tradicional" (Gonçalves, 2017, p.89).

Guerra (2015), afirmou que o PEP se desenvolveu na década de 1950, ao resgatar e identificar os determinantes históricos que serviram de base para a sua elaboração. A autora destaca que neste período ocorria a Revolução Cubana (1959), com base no entendimento de que os projetos profissionais não podem ser separados de todo um contexto histórico. Dessa forma, a revolução impactou consideravelmente a América Latina – tendo sido inspiração para processos de luta pela libertação nacional.

Logo depois, foram apontados grandes movimentos de oposição social ao domínio norte-americano, bem como a articulação do Serviço Social latino-americano para criticar as práticas conservadoras existentes no âmbito social e profissional. Nesse período, também ocorreu o combate a ditadura militar, além de terem sido realizados encontros, seminários e congressos com o intuito de criar alternativas contrapondo o modelo tradicional praticado pela profissão. O diálogo com os movimentos sociais e cristãos de esquerda, a criação do Centro Latinoamericano de





Trabajo Social (CELATS). Tais eventos foram extremamente importantes na construção do PEP (Guerra, 2015).

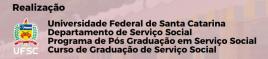
A defesa deste projeto tem o intuito de torná-lo um guia para o trabalho dos Assistentes Sociais nos mais diversificados espaços ocupacionais - o que tem se tornado um desafio cada vez maior, pois, em meio a toda a conjuntura histórico-social das últimas décadas, com diversos ataques aos direitos e, grande ofensiva neoliberal provocando vários retrocessos, como: a retirada de direitos, acirradas perseguições e criminalização dos movimentos sociais e à população pobre. Na intervenção profissional, o aumento da precarização nas condições de trabalho, as novas formas e características do Estado e das políticas sociais e as exigências de produtividade exacerbada, são um dos exemplos que destacamos.

Diante do exposto, é perceptível que as tensões diárias que abrangem o trabalho do Assistente Social e que envolvem a efetivação do PEP nos espaços ocupacionais, como já discorrido, não se constituem uma tarefa fácil. Nesse mesmo entendimento, as autoras Forti e Coelho (2015), ressaltam a tensão permanente entre o ser e o dever ser - porém, com a proposição de outra sociedade, uma sociedade alternativa que supere a sociedade de classes.

Na caminhada profissional do Serviço Social, o referencial Marxista foi determinante para impulsionar o rompimento com o conservadorismo e as práticas tradicionais - o que não garante a extinção desses, pois dentro da sociedade brasileira ainda estão enraizados e, agora, como nunca, muito evidentes. Além disso, mesmo que o projeto profissional seja visto como viável e seguro por nós, devemos levar em consideração que a sua concretização não pode se dissociar do projeto societário hegemônico. Ou seja, as crises ocasionadas pelo capitalismo refletem diretamente nas condições de trabalho das(dos) Assistentes Sociais. No entanto, não podem nos paralisar. Neste atual cenário, "há necessidade de nos colocarmos em prol de valores que confrontem a alienação, a desigualdade e a banalização da vida" (Forti; Coelho, 2015, p.27).

III OS PRINCÍPIOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E O CONSERVADORISMO NA ATUALIDADE

A construção dos princípios da atuação profissional da(o) assistente social, conforme mencionado no item anterior, deu-se a partir da contribuição de profissionais





de todo país, num ato coletivo, ao longo de décadas, posicionando-se enquanto categoria, no intuito de uma direção a um projeto societário emancipatório, mas não sem confrontos, contradições e tensões, pois segundo Netto (2006), "a afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições, ao contrário, envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de ideias".

Culminando, entre outros, no código de ética profissional da(o) assistente social com seus princípios fundamentais que orientam e direcionam a categoria. Exposto isso, examinemos tais princípios e como eles se correlacionam na atualidade com a conjuntura política, social e econômica, onde ideais já considerados ultrapassados ressurgem com força e intencionalidades definidas num projeto, há muito programado como ideal de mundo. Há por todo o globo hoje, uma grande movimentação do conservadorismo, da direita, da extrema-direita e da ultradireita no intuito de propagar sua ideologia e com isso, colocar em prática tais entendimentos.

No Brasil, essa lógica não foge à regra, uma vez que os partidos e ideologias dessa posição coadunam com tais propostas. Nos últimos anos, vemos cada vez mais o avanço desse ideário, tendo inclusive, eleito como presidente, durante os anos de 2019 até 2022, o atual exponente desse segmento, tido como garoto propaganda, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que com sua ascensão ao cargo máximo brasileiro, incorporou na sua manifestação política, a ordenação de salvador último, em sua figura, como se fosse um deus que tudo sabe e resolve, sendo considerado por muitos o portador da verdade.

Pôde-se observar e vivenciar tais características durante todo seu mandato, e ainda com maior fervor, no período pandêmico, que ocorreu no mundo todo a partir de 2019, e que no Brasil, teve em atos negacionistas do hoje ex-presidente, Jair Bolsonaro, uma administração política da crise humanitária, por qual todos não passamos ilesos, realizada de maneira arbitrária, com repulsa à ciência, sem compromisso com a vida das pessoas, e com terríveis consequências, levando a morte milhares de cidadão/ãs, especialmente, pela falta de comprometimento, de ética, vontade política e disputas de poder.

O recrudescimento desses posicionamentos estão se disseminando e atraindo um público heterogêneo, diversificado, com conhecimento e vivência de mundo





múltiplas, o que faz da análise desse fenômeno algo um tanto quanto complexo, num organismo que concorre a um fim, que sob o signo de "DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA", arrasta uma verdadeira multidão, fazendo do conservadorismo, da tradição e da religião, fontes de identidade e concepções de vida.

Nesse cenário, seus defensores, entendem por atacar tudo o que é contrário a esses conceitos, independentemente de suas relações e proximidades, pode-se afirmar que, há uma posição de fanatismos que repercute em toda sociedade, pois as ações advindas desse grupo são de ordem: discriminatórias, de ofensas, com ataques verbais, físicos e que muitas vezes ocorrem situações fatais a vidas dos atingidos, sobretudo, das minorias, em prol da disputa de narrativas e do processo de afirmação e vitória que para que seu projeto saia hegemônico.

Cabe salientar, que as minorias, ou seja, as pessoas que se encontram em desigualdade na sociedade são as mais propensas aos seus ataques, pois o discurso conservador tenta corroer por dentro os princípios defendidos por esses grupos, visando sua destruição e apagamento. Pudemos observar, que no período mencionado, e ainda, antes disso, houve o aumento significativo dessas investidas.

E de acordo com Barroco, no artigo, Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social,

[...] o apelo à ordem é duplamente conservador. primeiro, por evidenciar um dos valores fundamentais do (neo)conservadorismo; segundo, porque sua forma de objetivação é moralista, ou seja, moraliza as expressões da questão social, ao tratá-las como resultantes de "problemas" de ordem moral. Esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização (Barroco, 2015, p. 625).

Partindo dessa conjuntura, no âmbito do Serviço Social, o conservadorismo também encontra espaço e está presente. Muitas/os assistentes sociais, apesar da matriz teórico-metodológica indicar outra direção, possuem uma percepção e interpretação de mundo diversas, e acabam por trazer para sua prática profissional, atravessamentos, posturas e posicionamentos que não condizem com o projeto ético-político profissional, com o código de ética e a lei que regulamenta a profissão, pois o serviço social pauta sua atuação no "reconhecimento das liberdades, na autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, assim bem como, na defesa



intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo" (Código de Ética Profissional do/a assistente social, 2012, p. 24), visando a superação e não a manutenção do sistema societário, sob o viés da teoria social crítica do materialismo dialético de Marx.

Netto, corrobora com tal afirmação ao dizer que:

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes — têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (Netto, 2006, p.5).

Netto (2006) também comenta que, "a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política". Portanto, existem disputas de projetos societários mesmo dentro da categoria das/os assistentes sociais, não estando isenta de atuações que não comunguem com os princípios éticos-políticos da profissão, existindo divergências em posições e situações da prática cotidiana profissional. Cenário que traz resquícios da época da ditadura, e ainda mais, desde a implementação da profissão no Brasil na década de 1930 do século passado, quando nesse mesmo período, através de um golpe, Getúlio Vargas, assume o poder, destituindo o presidente à época, Washington Luís, e a profissão era prioritariamente vinculada a igreja católica.

Partindo dessa premissa, a (o) assistente social tinha como objetivo de atendimento aos segmentos populacionais, o viés assistencialista, visando práticas que tinham também, um sentido político e em direção do sistema posto à época e da classe dominante, com interesse na manutenção e não de sua superação.

Dito isso, convém lembrar que o projeto ético político profissional, reformula-se e direciona o fazer profissional numa perspectiva crítica e de recusa ao conservadorismo. Barroco (2015), destaca que, "em sua função ideológica, o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes.





E ainda,

[...] compreende-se, sem grandes dificuldades, que a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política. Num contexto ditatorial, a vontade política da classe social que exerce o poder político vale-se, para a implementação do seu projeto societário, de mecanismos e dispositivos especialmente coercitivos e repressivos. É somente quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas fundamentais (de expressão e manifestação do pensamento, de associação, de votar e ser votado etc.) que distintos projetos societários podem confrontar-se e disputar a adesão dos membros da sociedade (Netto, 2006, p.3).

Nesse sentido, Netto (2006) salienta que para a categoria profissional, o Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993 é um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, na tentativa de superação do conservadorismo, refletindo um compromisso com a suplantação e não a manutenção do sistema societário vigente, sob o viés da teoria social crítica do materialismo histórico-dialético de Marx.

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Ético Político do Serviço Social direciona o trabalho da/o Assistente Social com base nos princípios fundamentais que compõe o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social. O PEP é considerado a autoimagem da profissão e por isso, não possui característica que evidencie o conservadorismo, muito pelo contrário, propõe uma nova ordem societária, ou seja, a ruptura com o modelo vigente de opressão a homens e mulheres.

Baseados no Código de Ética Profissional, o PEP direciona a prática profissional e é perceptível em seus princípios fundamentais o compromisso com a classe trabalhadora e, também, com "a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e autoritarismo" (Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, 1993, p.22).

Atualmente, temos vivenciado investidas conservadoras que insistem em rondar os espaços sociocupacionais. Tais investidas podem ser exemplificadas pelas características de ascendência da extrema-direita no Brasil e em países da América Latina. No Brasil, temos alguns fatos recentes que comprometeram inclusive, a



democracia, quando ocorreu o golpe parlamentar, em consequência, destituiu do cargo máximo de um país, a presidenta Dilma, eleita democraticamente. Neste sentido, a partir do golpe parlamentar (impeachment), ocorrido em 2016, a democracia passa a correr riscos.

No Brasil, recentemente, tivemos o ápice da extrema-direita quando ocorreu a eleição (no ano de 2018), do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que aprofundou a narrativa conservadora com imensa investida nos desmontes das políticas sociais, ataques aos direitos de trabalhadoras e trabalhadores, indígenas, quilombolas, negras/os, pessoas com deficiência foram e continuam sendo as/os mais afetadas/dos neste contexto.

Portanto, é imprescindível que nós, trabalhadores e trabalhadoras, assistentes sociais nos empenhemos em buscar cada dia mais, afirmar nosso compromisso em defesa do PEP, nos posicionando ao lado da classe trabalhadora na perspectiva e construção de uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS

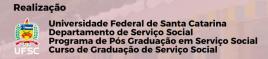
ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. Serviço Social & Sociedade, n. 124., 2015. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília] - 2012.

CONSELHO REGIONAL DE SERVICO SOCIAL DE ALAGOAS. 40 anos do Congresso da virada 1979. Disponível em: Cress - 40 anos do Congresso da Virada 1979 (cress16.org.br). Acesso em: 03 de jul. de 2024.

FORTI, Valéria; COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In.: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org). Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2015.

GONÇALVES, Taciane Couto. O caráter educativo do trabalho dos/as assistentes Dissertação de Mestrado. 2017. Disponível sociais. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id trabalho=5013996>. Acesso em: 30 Jan. 2024.





GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In.: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org). Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde, v. 4., 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64.** São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O Projeto ético político do serviço social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **O/A assistente social na Luta de Classes: Projeto profissional e mediações teórico-práticas.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.



